

O ENSINO DE GEOGRAFIA E SUA IMPORTÂNCIA PARA UMA LEITURA E REPRESENTAÇÃO ESPACIAL CRÍTICA: DESAFIOS PARA A FORMAÇÃO DO ALUNO EM UM CONTEXTO PANDÊMICO

Adriano Ferreira Costa¹
Mística Miquele Ferreira Neto²

INTRODUÇÃO

Enquanto áreas do conhecimento responsáveis pela leitura e representação espacial, a Geografia e a Cartografia fazem parte do dia a dia dos seres humanos, e seu conhecimento é fundamental para uma leitura crítica da realidade. Da interpretação da posição dos astros até a exploração dos recursos modernos de orientação e localização espacial exige comprometimento, tanto por quem transmite o conhecimento como por quem irá absorver, visando uma formação voltada ao pleno domínio do conhecimento cartográfico.

Contudo, um novo problema surge para ampliar os desafios à aprendizagem, marcando o contexto da sociedade, que foi a ocorrência da pandemia do novo coronavírus (COVID19), exigindo uma profunda adaptação nos hábitos de convivência e funcionamento das atividades, inclusive a educação, com as instituições trabalhando em ambiente remoto. Reforçamos também as dificuldades para a realização dessa pesquisa, tendo em vista que desde o mês de março do ano de 2020 as aulas na rede estadual da Paraíba estão suspensas.

Portanto, essa pesquisa tem por objetivo analisar a importância do ensino de Geografia e o desafio decorrente do contexto marcado pela ocorrência da pandemia do novo coronavírus, considerando as condições de execução das atividades pedagógicas.

Dessa forma, o presente estudo se faz em razão de focalizamos no reconhecimento do ensino de Geografia na formação do sujeito para uma compreensão crítica de sua realidade socioespacial. A Geografia enquanto ciência que estuda o espaço geográfico contribui para que o sujeito adquira a capacidade de compreender os eventos em suas escalas do global ao local, reforçando o senso crítico na tomada de opinião sobre tais eventos.

¹ Professor da Rede Estadual de Ensino do Estado da Paraíba. adrianomiltoniano32@gmail.com

² Graduanda em Pedagogia – Universidade Estadual da Paraíba. misticamiquele@gmail.com

METODOLOGIA

O estudo apresentado refere-se a uma abordagem descritiva, qualitativa, fundamentada em bibliografias que tratam do tema. Além da aplicação de questionário para uma turma de 7º ano do Ensino Fundamental II da rede estadual de ensino na cidade de Campina Grande - PB com formulário via plataforma digital Google Forms, tendo o regime de ensino no formato remoto.

Buscamos por meio de leituras bibliográficas fontes que reforcem a necessidade dessa pesquisa. As discussões teóricas estão centradas, principalmente em ALMEIDA (2001), Dias e Machado (2013), em documentos oficiais e entre outros autores presentes no estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

O ensino de Geografia passou por muitas transformações, fato evidenciado pelas novas abordagens teórico-metodológicas desde o fim dos anos 70, quando a ciência geográfica passa a ter um caráter mais crítico e menos descritivo. Entretanto, é visível na atualidade certa margem de descrença ou até mesmo descaso com a educação básica, e o ensino de Geografia é levado nesse processo.

O desenvolvimento do ensino de Geografia nos anos finais do Ensino Fundamental tem como um dos elementos base nos conteúdos programáticos o trabalho da linguagem cartográfica, em virtude desse conhecimento possibilitar aos alunos ter “em mãos representações dos diferentes recortes do espaço e na escala que interessa para o ensino e pesquisa” (PCN’S, 1998, p. 76).

Pela importância da Cartografia enquanto uma ferramenta que possibilita a leitura, interpretação e representação do espaço e dos lugares, sua função é primordial para consolidar o ensino da Geografia escolar, onde, conforme Almeida (2001, p. 18) “que em Geografia, ler e escrever exige o domínio da linguagem cartográfica”. De acordo com o autor supracitado, esses conhecimentos devem desde cedo ser desenvolvidos com os alunos, para que ambos possam atingir a capacidade de representar a totalidade mundo ao seu redor.

Conforme Dias e Machado (2013, p.3) “Atualmente na escola, o uso de mapas tem diminuído e às vezes, quando é utilizado, destina-se somente para ilustrar e mostrar localidades ou para colorir, sem mais objetivos”. De fato, não é novidade alguma ao chegar a qualquer escola verificar a ausência de mapas, globo terrestre, maquetes e outros recursos cartográficos utilizados no processo de ensino aprendizagem, onde muitas vezes por opção até mesmo do professor, os mapas ficam desprezados, jogados em almoxarifados e ficam sem a devida utilização pedagógica.

Esse tipo de procedimento coloca em xeque o processo de formação do aluno, que segundo Almeida (2001, p. 18), “a formação do cidadão fica incompleta, por não saber usar nem dominar a linguagem cartográfica”.

O ensino que envolve a leitura geográfica e cartográfica ampara sua importância na relevância do conhecimento para o cotidiano do aluno, pois seu espaço de vivência o faz experimentar situações, conflitos e demais relações que o envolvem na sua realidade espacial. Isso reflete a necessidade em trabalhar o conhecimento aliando temas que estejam voltados ao seu contexto de vivência.

Esses conhecimentos devem ser trabalhados com foco em transmitir saberes que possam instigar a capacidade do aluno em vivenciar os diversos fenômenos sociais em seu entorno, considerando que a escola, a comunidade e o mundo possuem uma relação intrínseca, devido a interação entre os diversos acontecimentos ocorridos no micro e na macro escala. Essa interação exige uma leitura crítica que pode passar pela leitura cartográfica, com a utilização de recursos como os mapas temáticos.

A disseminação de um novo vírus de gripe A, da família Sars-Cov 2 ou Covid 19, que teve início no final de 2019 na cidade de Wuhan, na China, dizimou milhões de vidas no mundo. Pelo fato de o alcance da contaminação atingir a escala internacional, a Organização Mundial da Saúde decretou estado de calamidade, classificando a crise sanitária com a categoria de pandemia.

O contágio em massa, afetou fortemente a sociedade mundial, trazendo consequências e impactos de ordem econômica, política e social. Especificamente no Brasil, após o carnaval no ano de 2020, três meses seguintes ao descobrimento do vírus, ocorre o contágio comunitário que leva toda a sociedade brasileira ao isolamento social, situação seguida por vários países, gerando a paralisação da atividade econômica e também mexendo na rotina de outras atividades como a educação.

Na área da educação se vivenciou uma mudança significativa no fazer pedagógico, não que isso tenha ocorrido apenas agora, mas que a rede pública em especial precisou se adequar a essa excepcionalidade para tentar diminuir os prejuízos advindos dos impactos causados pela pandemia, conforme documentos oficiais.

Nesse contexto o CNE,

Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação dos dispositivos da Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas pelos sistemas de ensino, instituições e redes escolares, públicas, privadas, comunitárias e confessionais, durante o estado de calamidade reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. (BRASIL, 2020, p. 1)

As secretarias de educação de todos os municípios e estados tiveram se adequar a esse momento excepcional e na Paraíba, a SEECT (Secretaria da Educação, Ciência e Tecnologia) também adotou o ensino remoto como alternativa para garantir o ensino – aprendizagem dos alunos da rede, além de outras iniciativas como a TV PARAÍBA EDUCA, aplicativo PBeduca, parceria com a Google para a criação de e-mails institucionais para os alunos e professores para exploração da plataforma digital de aprendizagem Google Classroom e a realização de aulas online na plataforma Google Meet.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a aplicação do questionário em formulário via Google Forms, foi possível perceber certa dificuldade por parte do alunado em assimilar os conhecimentos alusivos à Geografia e à leitura espacial. Foi possível notar o baixo número de alunos que participaram da pesquisa, o que reflete os problemas relativos à introdução do ensino remoto para muitos alunos sem as mínimas condições de acesso.

Entendemos como possíveis fatores para tal dificuldade a ausência de recursos pedagógicos, desde os mais tradicionais até os mais modernos, tendo em vista que nem toda unidade escolar está provida de tais condições, o que irá demandar a construção de uma arquitetura pedagógica visando amenizar essas dificuldades, considerando tanto os alunos que estão participando do ensino remoto como aqueles sem possibilidade de participação. Na estrutura do questionário, centralizamos os esforços nos seguintes pontos:

1. A opinião do aluno quanto aos conteúdos lecionados em Geografia.
2. À categoria do pensamento geográfico que o aluno mais buscou interação.
3. Definição de conceitos ligados ao conhecimento cartográfico.
4. Capacidade de se basear na orientação com base nos astros.
5. Capacidade de explorar recursos de orientação modernos como o GPS.
6. Opinião sobre a contribuição do conhecimento geográfico na sua formação.

Neste caso, de uma turma de 36 alunos, apenas 6 alunos responderam ao questionário, considerando o percentual do total da turma, esse número chega próximo dos 20%. Em relação ao engajamento daqueles que estão no ensino remoto, a cada dia se verifica um esvaziamento nas salas onde ocorrem as aulas online. Um detalhe: do total de alunos matriculados nesta turma, apenas 35% participaram efetivamente das aulas online, o que expõe os desafios à serem enfrentados à sanar os problemas de aprendizagem.

De modo geral, os alunos que responderam ao questionário reconheceram na Geografia a sua importância enquanto conhecimento fundamental para a sua formação, seja de acordo com a curiosidade em conhecer os lugares, ter uma maior consciência ambiental como também entender as formas de ocupação e intervenção no meio natural. Apesar das dificuldades alusivas à conceitos, uso de recursos tecnológicos ou orientação pelos astros, ambos concordam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos essa discussão avaliando as dificuldades por parte dos alunos em relação ao domínio, tanto dos conceitos quanto da leitura e representação espacial, considerando os desafios a serem superados após o período marcado pela pandemia do novo coronavírus.

A turma utilizada para a resolução do questionário via Google Forms de fato não estudou os conteúdos voltados à Cartografia, motivado pelo processo de mudança em razão da crise sanitária no início do ano de 2020, além das dificuldades iniciais de uso das tecnologias no ambiente de ensino remoto. Esse problema motivou a escola a adotar a atividade impressa, o que não possibilitou espaço para alguma explicação ou tutoria para tirar dúvidas dos alunos.

A pandemia deixou muitas lições, principalmente em razão da necessidade de investimentos maciços em recursos pedagógicos por parte das instituições públicas e privadas, priorizando a formação do aluno e assim ter como foco recuperar os prejuízos causados na aprendizagem nesse período de calamidade pública.

Palavras-chave: Geografia, Pandemia, Ensino remoto.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosangela Dion de. **Do Desenho ao Mapa: iniciação cartográfica na escola.** São Paulo: Contexto, 2001.

ANDRADE, Natalia Dias, FARIA, Fabiana Silva Ribeiro. **Tratamento cartográfico de mapas no processo de ensino aprendizagem nos livros didáticos.** 10º Encontro Nacional de Práticas de Ensino em Geografia. Porto Alegre, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional da Educação.** Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 2, de 10 de dezembro de 2020. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2020-pdf/167141-rcp002-20/file>>. Acesso em: 27 set. 2021.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

MACHADO, José Roberto; DIAS, Fernanda Ferreira Passos. **Alfabetização cartográfica no ensino de geografia nos anos iniciais do ensino fundamental: importância e desafios.** ACTA Geográfica, Boa Vista, v.7, n.14, jan./abr. de 2013. p. 153-173.